



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012182-93.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Pedro Augusto Sena Carvalho**
 Requerido: **Magazine Luiza Sa - New Utd Utilidades Domésticas Sa e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

Vistos.

Pedro Augusto Sena Carvalho ajuizou ação contra **Magazine Luiza S/A e Mabe Brasil Eletrodomésticos Ltda** alegando, em síntese, que comprou da primeira requerida em 02 de fevereiro de 2015 um Fogão Dako Magister 6B Branco Bivolt, por R\$ 890,00, com entrega em 03 de fevereiro daquele ano. O autor, além de ter direito à garantia legal, optou pela garantia estendida. Ocorre que, em dezembro de 2015, o fogão começou a apresentar vícios ocultos. Com apenas dez meses de uso, o eletrodoméstico apresentou um tipo de oxidação na lateral e pés. Procurou solucionar o problema. A assistência técnica da requerida compareceu em sua casa no dia 18 de março de 2016, mas o técnico não resolveu a questão. Questionou a primeira requerida e obteve informação, em 11 de abril de 2016, de que não procederiam com o reparo, porque não havia cobertura para dano estético. Discorre sobre o direito aplicável. Pede a restituição do valor pago e a condenação das requeridas ao pagamento de indenização por danos morais de R\$ 20.000,00.

A gratuidade processual foi deferida em sede de agravo de instrumento.

Magazine Luiza S/A foi citada e contestou alegando, em sede preliminar, litispendência, pois o autor ajuizara outra ação, processo nº 1007118-05.2016.8.26.0566, com pedido idêntico. Defendeu, ainda, a ilegitimidade passiva. No mérito, alegou ausência de nexo de causalidade com conduta da requerida, inexistência de defeito ou vício na prestação do serviço e na fabricação, bem como não caracterização de responsabilidade solidária. Impugnou a pretensão ao recebimento de indenização por danos morais. Pediu a improcedência da ação. Juntou documentos.

Não se acolheu a preliminar de litispendência, porque no aludido processo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

discutiu-se vício em refrigerador, não em fogão. A prejudicial de ilegitimidade passiva também não foi acolhida, assentando-se a responsabilidade solidária da comerciante, por vício do produto, juntamente com a fabricante.

A **Massa Falida Mabe Brasil Eletrodomésticos Ltda** foi citada na pessoa do administrador judicial e apresentou contestação alegando, em resumo, que a falha na prestação do serviço foi da loja, e não da fabricante, tendo havido desídia daquela. Defendeu a responsabilidade solidária das acionadas. Impugnou o dano moral. Pediu a improcedência da ação. Juntou documentos.

O autor apresentou réplica.

Realizou-se perícia e as partes se manifestaram.

É o breve relatório.

Fundamento e decido.

O pedido deve ser julgado procedente.

A responsabilidade solidária de ambas as empresas pelo vício do produto foi assentada pela respeitável decisão de fls. 142/143, sem que tenha havido interposição de recurso. Logo, tanto a primeira requerida, na condição de comerciante, quanto a segunda, como fabricante, devem ser responsabilizadas. Nada mais é preciso ser dito a respeito.

O autor reportou vício em fogão adquirido na primeira requerida, fabricado pela segunda. As alegações do autor foram comprovadas pelo teor do laudo pericial, restando inequívoco o nexo causal. De fato, o perito concluiu: (...) *pelas condições constatadas, que a corrosão e ferrugem, são sem dúvida, um problema de fabricação, onde as chapas de aço utilizadas não tiveram o tratamento adequado e necessário para promover a perfeita aderência da camada de tinta e impedir o contato da chapa com o meio ambiente, ou o processo de pintura não foi eficaz para cobrir toda a superfície da chapa de forma a impedir o contato com o meio ambiente* (fl. 231).

Desse modo, impõe-se a restituição da importância paga (R\$ 890,00).

Procede, ainda, o pedido de indenização por danos morais, pois para além do desgosto em ter um produto apresentando vício em menos de dez meses de sua aquisição, o autor não obteve êxito em solucionar o impasse, evidentemente a seu favor, na via administrativa. Buscou conciliação com a comerciante, mas não foi atendido. O serviço


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

técnico também não resolveu a celeuma.

O autor chegou a mover ação no Juizado Especial Cível, cujo processo foi extinto, sem resolução de mérito, por demandar perícia, aqui realizada. E a própria postura das requeridas, que não buscaram nem ao menos minimizar os percalços do autor, justificam a condenação ao pagamento de indenização por danos morais, extrapolando-se do mero inadimplemento contratual e aborrecimento do cotidiano.

Quanto ao valor, levando-se em conta as circunstâncias do caso concreto, bem como a finalidade de compensar o ofendido e desestimular o ofensor em situações análogas, fixa-se a indenização em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), quantia razoável e condizente com a simplicidade da causa.

Ante o exposto, **julgo procedente o pedido, para condenar as requeridas solidariamente: (i) a restituir ao autor o valor de R\$ 890,00 (oitocentos e noventa reais), a título de indenização por danos materiais, com correção monetária, utilizada a tabela prática do egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, a contar do desembolso, e juros de mora, de 1% ao mês, contados da citação; (ii) a pagar ao autor o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de indenização por danos morais, com correção monetária, utilizada a tabela prática do egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, a contar deste arbitramento, e juros de mora, de 1% ao mês, contados da citação**

Condeno as requeridas solidariamente, ainda, ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da condenação, quantia que está de acordo com os critérios do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 23 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**